

ATA Nº 002/2018

Aos seis (06) dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito (2018), às dezesseis horas e quarenta minutos (16:40 hs), no Plenário Vereador Hilário Ferri da Câmara de Vereadores, Município de Arvorezinha, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se os (as) senhores (as) Vereadores (as) para uma Sessão Ordinária. O Presidente da Mesa Diretora, Vereador Tiago Santin Fornari, assumiu a direção dos trabalhos. Presentes os seguintes Vereadores: Daniel Borges de Lima, Nelso de Bona, Marisa Parisotto, Tiago Santin Fornari, Alvaro Salvatori, Sueli Lodi Giordani, Jaime Taliatti Borsatto, Osmar Gabiatti Desengrini e Leilaine Demozzi Zanella. Havendo quórum regimental, o Presidente declarou aberta a Sessão e comunicou que a Vereadora Leilaine Demozzi Zanella - PDT, deixou o cargo de Secretária da Saúde e comunicou que a partir de fevereiro de 2018 assume o cargo de Vereadora e por isso convidou a Vereadora da coligação PDT/PT, Senhora Leilaine Demozzi Zanella – PDT, para entregar a Mesa Diretora o Diploma e a sua Declaração de Bens. Em seguida iniciou-se o ato de compromisso e posse, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa, sendo que a senhora Leilaine prestou o compromisso legal e o Presidente declarou-a empossada no cargo de Vereadora pelo mesmo período do afastamento do titular que está no cargo de Secretário de Obras. Em seguida o Presidente colocou em discussão e votação a Ata de nº 001/2018, da Sessão Extraordinária realizada no dia dezenove (19) de janeiro de 2018, sendo aprovada integralmente e por unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou a Vereadora Marisa a leitura de um trecho da Bíblia. A seguir o Presidente apresentou a seguinte pauta para a ordem do dia: - Projetos de Leis nº 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028 e 029/2018, de origem do Executivo; e, - Projeto de Lei nº 001/2018, de origem Legislativa. Colocada a ordem do dia em discussão, o Vereador Jaime disse que entende que os Projetos de Leis nº 013, 015, 017 e 029/2018 devem permanecer em estudo porque no ano passado era dito aqui e também pela administração municipal que o Município não tinha dinheiro, que o município estava quebrado e agora esses quatro projetos pedem autorização para efetuar gastos de quase noventa mil reais de superávit financeiro do exercício de 2017, dinheiro este que deixou de ser investido em saúde e outras áreas importantes e por isso quer que seja explicado pelo líder da bancada e pelo Executivo porque não foi gasto no ano passado e por isso fez Proposição para que permaneçam em estudo. O Vereador Nelsinho disse que é um direito do Vereador Jaime solicitar mais informações e concorda com a proposição. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade. A seguir o Presidente fez Proposições para que os projetos sejam votados em blocos, sendo um bloco com os Projetos de Leis nº 011, 012, 014, 016 e 028/2018, outro bloco com os Projetos de Leis nº 018, 020, 022 e 027/2018 e por último o bloco com os Projetos de Leis nº 019, 021, 023, 024, 025 e 026/2018. Colocadas as Proposições em votação, foram todas aprovadas por unanimidade. Colocada a ordem do dia em votação, aprovada por unanimidade. Ordem do Dia: - Projeto de Lei nº 001/2018, de origem Legislativa e de autoria dos Vereadores da bancada do PDT, que “Denomina as ruas que identifica da cidade de Arvorezinha e dá outras providências.” Colocado em discussão, os Vereadores salientaram a importância do Loteamento Jardim do Parque e a homenagem prestada a Rosa Gabiatti Zatt, Blandina Fornari Pompermaier e Marieta Loss Pompermaier. Também fez uso da palavra a senhora Carla Pompermaier que falou sobre o empreendimento e agradeceu pela homenagem prestada a seus familiares. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados

o Parecer e o Projeto de Lei nº 001/2018, de origem Legislativa, em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 011/2018, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”; - Projeto de Lei nº 012/2018, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”, - Projeto de Lei nº 014/2018, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”, - Projeto de Lei nº 016/2018, que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências” e, - Projeto de Lei nº 028/2018, que “Autoriza a abertura crédito especial e dá outras providências.” Colocados em discussão e após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu pareceres favoráveis aos projetos. Colocados os Pareceres e os Projetos de Leis nº 011, 012, 014, 016 e 028/2018 em votação, foram todos aprovados integralmente e por unanimidade. A Vereadora Sueli fez Proposição para que os Projetos de Leis nº 018 e 020/2018 sejam discutidos e votados de forma individual. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade. - Projeto de Lei nº 018/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário, na função de Assistente Administrativo e dá outras providências”. Colocado em discussão, o Vereador Alvaro disse que o Assistente Administrativo é necessário devido a grande demanda de trabalho. O Vereador Jaime salientou que a servidora que ocupava esse cargo foi exonerada e recebia dois mil e oitocentos reais mensais e agora querem contratar outra pessoa com um salário de quase cinco mil reais. Disse que se não era necessário o servidor antes, acredita que nem agora é preciso, principalmente com um salário muito mais alto. O Vereador Nelsinho disse que não sabia dessa diferença de salário mas salientou que o cargo é necessário. A Vereadora Sueli disse que a servidora que ocupava o cargo teve o seu contrato rescindido sob a justificativa de que não era necessário e agora o Executivo quer preencher o cargo novamente e com um salário bem maior. O Vereador Daniel disse que esse projeto é uma vergonha. É essa a economia que a administração quer fazer? Dizem que o município está quebrado, que não tem dinheiro e que está cheio de dívidas, mas não para de chegar a essa casa projetos de contratação emergencial. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto, sendo que o Vereador Osmar é de parecer favorável. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 018/2018 em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Votaram contra o Parecer e a favor do Projeto os Vereadores do PDT. - Projeto de Lei nº 020/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário, na função de Fiscal Ambiental e dá outras providências”. Colocado em discussão, o Vereador Alvaro disse que vai vencer o contrato para o cargo de Fiscal Ambiental que hoje é ocupado pelo servidor Saluar e também com o vencimento do processo seletivo é necessário contratar novamente para não paralisar os trabalhos no setor. O Vereador Jaime informou que o Prefeito poderia ter renovado o contrato com a pessoa que estava no cargo de Fiscal Ambiental, mas preferiu deixar o setor sem funcionário e se o cargo está vago é por culpa do Prefeito, que exonerou o servidor seis meses antes. Fez Proposição para que o Projeto de Lei nº 020/2018 permaneça em estudo porque o Processo Seletivo nem foi feito ainda e gostaria de mais informações a respeito. O Vereador Nelsinho disse que quem está no cargo até o dia primeiro é o servidor Saluar e por isso vai ser feito novo processo seletivo para preencher o cargo porque não há ninguém na banca de espera do processo seletivo. A Vereadora Sueli disse que poderia ser renovado o contrato com a Micheline para não deixar

o cargo vago. Já que vai ter prova seletiva, como é que o Vereador Nelsinho sabe que o Saluar vai ocupar o cargo? Os Vereadores Alvaro e Nelsinho salientaram que apenas vai vencer o contrato do Saluar. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade.

- Projeto de Lei nº 022/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário, na função de Tesoureiro e dá outras providências”, e, - Projeto de Lei nº 027/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário nas funções de Professor de Educação Física e Professor de Língua Inglesa e dá outras providências.” Colocados em discussão, o Vereador Alvaro informou que o Tesoureiro do Município, senhor Cesar Signor, está se aposentando e por isso a necessidade de se contratar uma nova pessoa para ficar no seu lugar. Quanto aos professores, são necessários para completar o quadro de professores tendo em vista que as aulas estão prestes a começar. O Vereador Nelsinho também salientou que os professores são necessários e devido a aposentadoria do Tesoureiro será necessário contratar um novo profissional através de processo seletivo, mas criticou o fato do cargo ter um salário elevado e não ser exigido nem mesmo curso superior. A Vereadora Marisa fez Proposição para que o Projeto de Lei nº 022/2018 permaneça em estudo para que seja melhor avaliado a questão salarial. O Vereador Jaime também questionou o valor do salário do Tesoureiro já que a Lei exige apenas ensino médio para o seu preenchimento e entende que aquelas pessoas que buscaram se qualificar com o ensino superior não estão sendo valorizadas. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade. O Vereador Daniel questionou porque as vezes é possível contratar pessoas de processos seletivos feitos no passado e as vezes não é possível. Disse que isso está causando estranheza e com relação ao cargo de Tesoureiro também questionou o valor do salário. Colocada a Proposição da Vereadora Marisa em votação, aprovada por unanimidade. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 027/2018 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. A seguir o Presidente concedeu o espaço regimental ao Engenheiro Mecânico Marcos Vinícius de Jesus, representando a Cooperfat, que apresentou projeto para instalar em nosso Município uma indústria de sucos, buscando para isso um terreno e auxílio da municipalidade. Os Vereadores também fizeram suas manifestações sobre o assunto. A Vereadora Sueli fez Proposição para que os Projetos de Leis nº 019, 021, 023, 024, 025 e 026/2018 sejam discutidos e votados separadamente. Colocada a Proposição em votação, aprovada por unanimidade.

- Projeto de Lei nº 019/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário, na função de Atendente de Creche e dá outras providências.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 019/2018 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade.

- Projeto de Lei nº 021/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário, na função de Técnico em Contabilidade e dá outras providências.” Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 021/2018 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade.

- Projeto de Lei nº 023/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário na função de Vigia e dá outras providências”. Colocado em discussão, o Vereador Alvaro informou que encerraram os contratos de dois vigias e informou também que em reunião com o Juiz e o Promotor Público e mais algumas autoridades,

solicitaram sejam colocados vigias no morro da Igreja matriz para coibir o tráfico de drogas e a prostituição. O Vereador Nelsinho também destacou a necessidade dos vigias para maior segurança para as famílias da nossa cidade e destacou que esse tema foi assunto na reunião da Rede, que fizeram esse pedido ao Prefeito Municipal. O Vereador Jaime lembrou que precisou fazer defesa em processo junto a MP pelo fato de ter contratado vigias durante o período em que foi Prefeito e gostaria de saber agora qual a posição do MP. Disse que nas reuniões da Rede em que participou não foi abordado esse assunto. A Vereadora Marisa lembrou que a justificativa para contratar os vigias no ano passado era o Natal no Morro e o evento já passou e também salientou que não lembra do assunto ter sido ventilado nas reuniões da Rede. O Vereador Osmar disse que quem reside próximo ao Morro da Matriz vê o que está acontecendo e sabe que os vigias são necessários no local. A Vereadora Leilaine disse que a segurança deve ser colocada como uma das prioridades já que as drogas estão no nosso meio e devemos proteger os jovens e adolescentes. O Vereador Alvaro corrigiu a informação dizendo que a reunião foi realizada na promotoria pública no dia 10 de janeiro de 2018, onde foi solicitado os vigias e não em reunião da Rede. A Vereadora Sueli disse que Arvorezinha vive um momento difícil com relação ao tráfico de drogas, mas entende que vigias deveriam estar em outros locais também e o assunto deveria ser melhor analisado. O Vereador Nelsinho lamentou que os Vereadores de oposição são contra a segurança da população de Arvorezinha e lembrou que na administração passada esses cargos estavam preenchidos. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto, sendo que o Vereador Osmar é de parecer favorável. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 023/2018 em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Votaram contra o Parecer e a favor do Projeto os Vereadores do PDT. - Projeto de Lei nº 024/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contrato de caráter temporário, na função de Cozinheira e dá outras providências”. Após alguns debates, a Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao projeto. Colocados o Parecer e o Projeto de Lei nº 024/2018 em votação, aprovados integralmente e por unanimidade. - Projeto de Lei nº 025/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário, na função de Operador de Máquina e dá outras providências”. Colocado em discussão, o Vereador Alvaro informou que um operador de máquinas pediu rescisão do contrato e por isso a necessidade de contratar um novo servidor. O Vereador Nelsinho disse que o servidor passou em concurso público no município de Putinga e que Arvorezinha também deveria fazer o concurso e com isso evitar que projetos dessa natureza sejam constantemente apreciados pelos Vereadores, mas devido a processo judicial o Executivo está impedido de fazer o concurso. O Vereador Daniel disse que foi até a Secretaria de Obras e verificou que alguns operadores de máquinas ficam sentados porque não são utilizados pela administração municipal e por isso é contrário ao projeto porque existem operadores disponíveis. O Vereador Nelsinho lembrou que duas secretarias utilizam operadores de máquinas e as vezes acontece de não ter serviço em um determinado dia e permanecem nas dependências da Secretaria de Obras sem fazer nada. A Vereadora Marisa lembrou que a grande maioria dos projetos foram aprovados pelos Vereadores e entende que esse projeto deve ser reprovado. O Vereador Jaime também destacou que existem operadores de máquinas disponíveis para serem utilizados pela administração municipal, mas que estão trabalhando em outras funções. A Comissão de

Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto, sendo que o Vereador Osmar é de parecer favorável. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 025/2018 em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Votaram contra o Parecer e a favor do Projeto os Vereadores do PDT. - Projeto de Lei nº 026/2018, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar contratos de caráter temporário, na função de Gari e dá outras providências.” Colocado em discussão, os Vereadores Alvaro e Nelsinho disseram que uma gari solicitou rescisão de contrato e é necessário colocar outro em seu lugar. O Vereador Osmar salientou que existe a necessidade de recontratar um gari devido a demanda de trabalho. A Vereadora Leilaine disse que é a favor do projeto porque é apenas uma substituição e não uma nova contratação e será importante para manter a cidade limpa sem sobrecarregar os demais servidores do setor. A Comissão de Justiça, Finanças e Orçamento emitiu parecer contrário ao projeto, sendo que o Vereador Osmar é de parecer favorável. Colocado o Parecer em votação, aprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Colocado o Projeto de Lei nº 026/2018 em votação, reprovado por cinco (05) votos contra quatro (04). Votaram contra o Parecer e a favor do Projeto os Vereadores do PDT. A seguir passou-se ao Grande Expediente: o Vereador Jaime comentou sobre os projetos votados nesta Sessão e salientou novamente, com relação ao cargo de operador de máquina, que existe operador concursado a disposição do Executivo. Falou também sobre os recursos da Câmara que foram devolvidos ao Executivo e espera que o Prefeito atenda o pedido do Legislativo para que os recursos sejam direcionados as entidades e comunidades já indicadas. Comentou sobre os recursos que não foram gastos no ano passado e que foram deixados de serem aplicados em saúde, por exemplo, e que era dito pela administração que não havia dinheiro. Nada mais havendo para ser registrado, às vinte horas e dez minutos (20:10 hs) o Presidente declarou encerrada a Sessão Ordinária. Lavrei a presente Ata, que após discutida e colocada em votação, será devidamente assinada.